

Brasileiros Companhia de Seguros

CNPJ 01.356.570/0001-81



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da Brasileiros Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A Brasileiros Companhia de Seguros atua no segmento de seguros de automóveis.

Em 2016 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 1.591,1 milhões e lucro líquido de R\$ 115,4 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante		1.332.845	1.496.620
Disponível		5	1.178
Caixa e bancos	5	10.144	4.973
Equivalentes de caixa	6	445.848	384.710
Aplicações		593.233	736.502
Créditos das operações com seguros e resseguro		593.233	736.502
Prêmios a receber	9	12.907	72.966
Títulos e créditos a receber		63.204	49.313
Títulos e créditos a receber	10	34.863	39.091
Créditos tributários e previdenciários	26b	21.735	4.427
Outros créditos	11	6.606	5.795
Outros valores e bens		102.398	129.972
Bens à venda	12	100.753	118.873
Outros valores		1.645	10.099
Despesas antecipadas		1.081	865
Custos de aquisição diferidos		19	104.030
Seguros		104.030	118.021
Ativo não circulante		1.430.614	1.521.574
Realizável a longo prazo		1.357.891	1.460.576
Aplicações		6	661.843
Créditos das operações com seguros e resseguro		2.572	-
Prêmios a receber		673.425	654.214
Títulos e créditos a receber	26b	97.838	122.404
Créditos tributários e previdenciários	23	575.587	531.810
Depósitos judiciais e fiscais	19	20.051	18.000
Custos de aquisição diferidos		466	1.617
Seguros		453	421
Investimentos		13	13
Imobilizado	13	2.676	4.420
Bens móveis		1.156	1.951
Outras imobilizações		1.520	1.569
Intangível		14	69.581
Outros intangíveis		69.581	69.581
Total ativo		2.763.459	3.018.194

No exercício de 2016, os acionistas deliberaram a distribuição de lucros no total de R\$ 191,5 milhões, na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 151,6 milhões e de R\$ 40,0 milhões, respectivamente, em Reuniões da Diretoria realizadas em 25 de fevereiro, 25 de maio, 13 de junho e 15 de dezembro de 2016.

Conforme previsto no Estatuto da Brasileiros Companhia de Seguros uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de soci

Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		1.436.228	1.681.643
Contas a pagar		15	111.610
Obrigações a pagar	15a	56.855	72.331
Impostos e encargos sociais a recolher	15b	44.088	52.869
Encargos trabalhistas	16	1.869	1.978
Impostos e contribuições		1.261	6.426
Outros custos a pagar		7.567	7.567
Debitos de operações com seguros e resseguro		79.320	100.761
Prêmios a resgatar		192	12
Operações com seguradoras	17	79.084	100.720
Corretores de seguros e resseguros		32	29
Outros débitos operacionais	18	28.167	21.086
Provisões técnicas - seguros		19	1.216.381
Danos		1.214.309	1.408.803
Pessoas		7.072	2.200
Passivo não circulante		488.602	463.137
Contas a pagar		4	-
Tributos diferidos	19	315.200	276.216
Provisões técnicas - seguros		23	529.619
Danos		314.772	275.832
Pessoas		434	384
Outros débitos		24	489.602
Provisões judiciais		23	489.602
Patrimônio líquido		23	522.419
Capital social		335.319	335.319
Reservas de lucros		187.477	263.602
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(377)	(17,23)

Total do passivo e patrimônio líquido 2.763.459 3.018.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

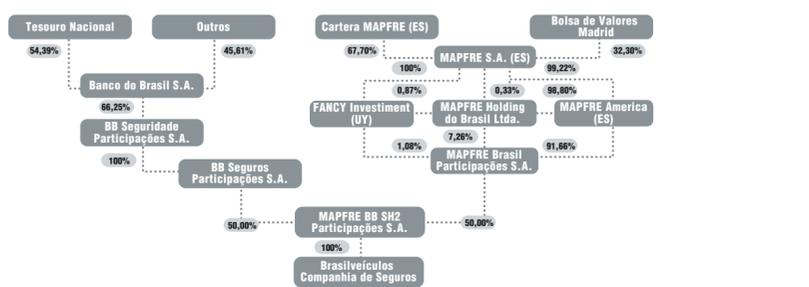
	Aumento de capital (em aprovação)		Reserva de lucros		Reserva de capital legal		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros acumulados		Total
	Capital	Reserva	Reserva	Reserva	Reserva	Reserva	Reserva	Reserva	Reserva		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	242.431	-	92.888	47.831	114.215	(319)	-	-	-	-	497.046
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1.404)	-	-	-	-	-	(1.404)
Aumento de capital - AGO de 31 de março de 2015	-	-	92.888	(92.888)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação do aumento de capital - Portaria SUSEP nº 235/2015 de 19 de agosto de 2015	92.888	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - AGE de 18 de agosto de 2015	-	-	-	-	(44.800)	-	-	-	-	-	(44.800)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	196.356	196.356	196.356
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	9.818	-	-	-	-	-	9.818
Dividendos pagos - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.500)	(22.500)	(22.500)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.500)	(27.500)	(27.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	335.319	-	92.888	47.831	114.215	(319)	-	-	136.538	(136.538)	597.198
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 25 de fevereiro de 2016	-	-	-	-	(31.800)	-	-	-	-	-	(31.800)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	-	-	-	-	(39.000)	-	-	-	-	-	(39.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	-	-	(18.700)	-	-	-	-	-	(18.700)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	(62.050)	-	-	-	-	-	(62.050)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.500)	(17.500)	(17.500)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.450)	(22.450)	(22.450)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	115.375	115.375	115.375
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	5.769	-	-	-	-	-	5.769
Reserva de investimentos	-	-	-	-	69.656	-	-	-	-	-	69.656
Saldo em 31 de dezembro de 2016	335.319	-	63.418	124.059	(377)	-	-	-	(69.576)	(69.576)	522.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasileiros Companhia de Seguros (doravante designada "Brasileiros" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros em 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua em forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresa a ele ligada, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo Brasileiro de Seguros, através de sua subsidiária integral Brasileiros Companhia de Seguros S.A., foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 52/2015, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referenciadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2017. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com as normas do CPC, referenciadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i)** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; **ii)** informações sobre incertezas, sobre pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. **Nota 3a - Classificação dos contratos de seguros:** **Nota 3b - Prêmios a receber (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos:** **Nota 3c - Arrendamento e Determinação de se um contrato contém um arrendamento.** **Nota 3d - Arrendamento e Determinação de se um contrato contém um arrendamento.** **Nota 3e - Aplicações:** **Nota 8 - Prêmios a receber (Redução ao Valor Recuperável):** **Nota 23 - Provisões Judiciais:** e **Nota 26b - Imposição de renda e contribuição social (diferidos e tributos a recuperar).** **e) Separação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se: **A** IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. **A** IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. **A** IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. **A** IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para um balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, **i.** ativos financeiros mantidos até o vencimento e **ii.** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i.** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do exercício. **ii.** Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nesta categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **iii.** Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iv.** **Emprestimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento determinável, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguro", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados em custo e amortizados decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **v.** **Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e divulgação. Quando aplicável, os valores justos são classificados nas categorias de ativos financeiros designadas a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** **i.** **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda por valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor quando o valor incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o

devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subjacente resulta em reversão da perda de valor, a diminuição da perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii.** **Operações de seguros:** A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre os prêmios a receber diferidos, liquidos de comissões, comissões de estipulacões, coseguros e resseguros cedidos, IOR, Provisão de Prêmios não Receber (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos, para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. **iii.** **Ativos financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, mesmo a perda reconhecida no resultado do período se a valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetar o valor da forma aditiva e significativa. **f) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados sob o custo histórico, com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **g) Outros valores e bens:** É composto substancialmente por salvados à venda que são emitidos e negociados com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial e a Tabela FIP ou Molcar, líquido dos custos de venda. **i) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativas à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizado pelo método "pro rata" de acordo com o balanço patrimonial de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 16 meses. **ii) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13. **iii) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 14. **iv) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Receber (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em Nota Técnica Atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios não Receber (PPNG) é constituída por não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros, líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Relações (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNeR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 47 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data de apuração do sinistro. **m) Teste de adequação dos passivos:** A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC. **11 - Contratos de Seguro** e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste consistiu na projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrência de despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a estrutura de taxa de juros (ETJ) livre de risco definida pela SUSEP. O resultado do TAP é aplicado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos saldos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocaíveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNeR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de

ades conjunções e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. Em atendimento à Circular SUSEP nº 52/2015, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 517,5 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados pela confiança depositada e à nossa equipe, pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados. São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015
Prêmios emitidos	25b	1.591.051	2.062.078
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(20.411)	(90.021)

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Comitê executivo: cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, à divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e à otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as áreas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para a gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, perícias e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição: A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

Concentração de riscos: As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinados áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto.

Região geográfica	2016		2015	
	Auto	%	Auto	%
Centro Oeste	253.279	17%	327.799	16%
Nordeste	327.685	22%	431.289	22%
Norte	59.546	4%	80.317	4%
Sudeste	597.703	39%	791.325	40%
Sul	377.684	26%	500.228	25%
Total	1.515.847	100%	1.991.058	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVN e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ (8.411) e R\$ 83.615 (R\$ (13.270) e R\$ 84.290 em 31 de dezembro de 2015).

Ativos financeiros (aplicações) - Rating

Títulos de renda fixa públicos (*)	Debitantes	Fundo de investimento em direitos creditórios	Outras aplicações	Total
253.279	327.685	59.546	597.703	1.238.213

Ativos financeiros (aplicações) - Rating

Títulos de renda fixa públicos (*)	Debitantes	Letras financeiras	Certificados de depósito bancário (CDB)	Fundo de investimento em direitos creditórios	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)**	Outras aplicações	Total
253.279	327.685	59.546	597.703	377.684	103.761	108	1.515.847

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 230.709 (R\$ 95.272 dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC)).

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadas de risco de crédito por S&P, Moody's e Fitch. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de "Stress" como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de "Stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto a incapacidade de a Companhia pagar suas obrigações decorrentes de suas atividades operacionais, quanto a falta de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para honrar as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, a Companhia reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos ajustados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os pagamentos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

	2016			
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Ativo				
Equivalentes de caixa	10.144	-	-	10.144
Aplicações (*)**	328.848	406.629	222.425	957.902
Créditos das operações com seguros e resseguros	593.233	2.572	-	595.805
Outros créditos operacionais	12.907	-	-	12.907
Títulos e créditos a receber (**)	41.469	-	-	41.469
Outros valores e bens	102.398	-	-	102.398
Despesas antecipadas	1.081	-	-	1.081
Custos de aquisição diferidos	104.030	20.05	-	124.081
Total ativo	1.096.410	429.252	222.425	1.845.787
Passivo				
Provisões técnicas (***)	1.194.997	239.798	45.538	1.381.833
Contas a pagar	111.610	4	-	111.614
Débitos das operações com seguros e resseguros	79.320	-	-	79.320
Depósitos de terceiros	28.917	-	-	28.917
Total passivo	1.316.344	239.802	45.538	1.601.684

	2015			
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Ativo				
Disponível	1.178	-	-	1.178
Equivalentes de caixa	4.093	-	-	4.093
Aplicações (*)**	252.912	504.703	313.074	1.070.689
Créditos das operações com seguros e resseguros	736.502	-	-	736.502
Outros créditos operacionais	72.966	-	-	72.966
Títulos e créditos a receber (**)	44.886	-	-	44.886
Outros valores e bens	128.972	-	-	128.972
Despesas antecipadas	865	-	-	865
Custos de aquisição diferidos	118.021	18.000	-	136.021
Outros ativos	108	-	-	108
Total ativo	1.360.503	522.703	313.074	2.196.280
Passivo				
Provisões técnicas (***)	1.273.675	269.949	41.349	1.584.973
Contas a pagar	148.793	-	-	148.793
Débitos das operações com seguros e resseguros	100.761	-	-	100.761
Depósitos de terceiros	21.086	-	-	21.086
Total passivo	1.544.315	269.949	41.349	1.855.613

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 149.789 (R\$ 102.275 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 149.754 (R\$ 102.246 em 31 de dezembro de 2015), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 575.587 (R\$ 531.810 em 31 de dezembro de 2015), e provisões judiciais de R\$ 489.602 (R\$ 463.137 em 31 de dezembro de 2015), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 119.573 (R\$ 126.831 em dezembro de 2015) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento. (****) As aplicações financeiras foram alocadas entre as faixas considerando o vencimento dos títulos.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de Value at Risk (VaR) e Macaulay Duration. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é:

	2016		2015	
	VaR	Patrimônio	VaR	Patrimônio
Liquidez	2.467.155	615.684	2.467.155	615.684
Rentabilidade	48	23.895	25	283.895

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM (Asset & Liability Management)* da Companhia, que contempla as Carteiras Administradas e os fundos com Ativos Mantidos até o Vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2,11 anos (2,41 em 31 de dezembro de 2015) frente a um patrimônio de R\$ 722.162 (R\$ 995.675 em 31 de dezembro de 2015) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO SEGURADOR, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aprofundar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos.

Hierarquia de valor justo	Vencimento				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	
Títulos	(A)	(B)	(C)	(D)	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	230.709	32.186	-	149.786	412.681
Fundos de investimentos	230.709	6.117	-	149.786	386.612
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	1	-	-	149.789	149.789
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	1.800	-	1.800	1.800
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	4.317	-	4.317	4.317
Operações compromissadas	1	230.709	230.709	230.709	230.709
Outros	2	-	-	(3)	(3)
Carteira administrada	-	26.069	-	26.069	26.069
Fundos de investimento em direitos creditórios - não classificados	2	-	26.069	-	26.069
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.059	138.272	6.033	-	177.364
Carteira administrada	33.059	138.272	6.033	-	177.364
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	19.934	3.031	6.033	28.998
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	9,995	82.528	-	82.528
Letra do tesouro nacional (LTN)	1	9,995	9,995	9,995	9,995
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários (CDB/DPGE)	2	-	-	-	-
Debitantes	2	3.130	52.713	-	55.843
Letras financeiras (LF)	2	-	-	-	-
Ativos mantidos até o vencimento	64.972	236.171	216.395	-	517.538
Fundo de investimento	64.972	236.171	216.395	-	517.538
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	-	215.086	216.395	431.481
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	-	21.085	-	21.085
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	64.972	44.967	-	64.972
Outras aplicações	-	-	-	-	108
Total	328.740	406.629	222.428	149.894	1.107.691

Brasileveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à taxa do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos passivos financeiros futuros da Companhia com seu devido reconhecimento. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões foram consideradas na análise as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de Sinistros Ocorridos nas Não Avisados - IBNR. Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros, podendo afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 17,87% (7,09% em 31 de dezembro de 2015), nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores.

b) Sinistralidade: Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as pressões acima descritas, os valores ajustados são:

Fator de Risco	Sensibilidade	Impacto patrimonial líquido/no resultado (bruto de impostos)
a. IBNR	Aumento	(1.436)
b. Sinistralidade	Aumento	(60.662)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **•** Perdas decorrentes de inadimplência por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados **•** Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título, e **•** Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição ao risco de crédito decorrente da emissão de títulos de seguro, com o estabelecimento de limites de exposição. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber para os ramos de riscos a decorrer que é o caso do automóvel é considerada menor uma vez que a cobertura não é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros) com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação no caso de rebasamento do *rating* e Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2016:

	AAA	AA+	AA-	A+	BBB+	Sem rating	2016 Total
AAA	-	1.025.671	-	-	-	-	1.025.671
AA+	4.817	10.160	-	11.770	29.096	-	55.843
AA-	26.069	-	-	-	-	-	26.069
A+	-	-	-	-	-	108	108
BBB+	-	-	-	-	-	108	108
Sem rating	-	-	-	-	-	108	108
Total	30.886	10.160	1.025.671	11.770	29.096	108	1.107.691

	AAA	AA+	AA-	A+	BBB+	Sem rating	2015 Total
AAA	1.025.972	-	-	-	-	-	1.025.972
AA+	-	10.195	11.123	39.992	-	-	105.454
AA-	-	12.554	-	6.153	-	-	18.707
A+	-	5.403	-	-	-	-	5.403
BBB+	26.071	-	-	-	-	-	26.071
Sem rating	-	16.344	-	-	-	-	16.344
Total	1.052.043	44.496	11.123	39.992	6.153	105.454	1.107.072

(*) As exposições em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) estão dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: a) taxa de juros e b) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros total de R\$ 1.107.691 (R\$ 1.173.072 em dezembro de 2015) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 149.789 (R\$ 102.275 em 31 de dezembro de 2015) foram extraídas da base de análise de sensibilidade relativas aos investimentos em DPVAT e outras aplicações de R\$ 108 (R\$ 108 em 31 de dezembro de 2015) relativo a outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 957.794 (R\$ 1.070.797 em dezembro de 2015). Para a análise de sensibilidade, todos os títulos de renda fixa da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Impacto no patrimônio líquido (bruto de impostos)

Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido (bruto de impostos)
a) elevação de taxas	(26.152)
b) redução de taxas	27.242
Parâmetro: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.	

Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: **•** exigências para segregação adequada de funções; **•** exigências para o monitoramento de operações; **•** cumprimento com exigências regulatórias e legais; **•** documentação de controles e procedimentos; **•** avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira aleatória. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. a) Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital: Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução nº 343/2016), as Sociedades Seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional como demonstrado abaixo:

	2016
Patrimônio Líquido	522.419
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(453)
Despesas antecipadas	(1.081)
Ativos intangíveis	(69.581)
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	451.303
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	(4.436)
Supervir entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	6.236
Ajustes econômicos (b	

Brasileveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNNG + PRVNE		Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR		Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER		Provisão de despesas relacionadas - PDR		2016		2015	
	Saldo inicial	Até 31.12.2016	Saldo inicial	Até 31.12.2016	Saldo inicial	Até 31.12.2016	Saldo inicial	Até 31.12.2016	Total	Reversões	Total	Reversões
Saldo inicial	1.170.552	375.303	111.194	22.763	7.407	1.687.219	1.687.219	7.407	1.687.219	1.687.219	7.407	1.687.219
Constituições	1.564.882	1.564.882	411.770	411.770	22.763	22.763	1.687.219	1.687.219	1.687.219	1.687.219	1.687.219	1.687.219
Diferimento pelo risco decorrido	(1.685.863)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aviso de sinistros	—	994.782	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamento de sinistros	—	(1.201.996)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste de estimativa de sinistros	—	132.995	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Atualização monetária e juros	—	7.144	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras reversões	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo final	1.049.571	308.228	152.964	15.311	5.513	1.531.587	1.531.587	5.513	1.531.587	1.531.587	5.513	1.531.587

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial no montante de R\$ 115.415 (R\$ 84.886 em 31 de dezembro de 2015).

Custos de aquisição diferidos
Saldo no início do exercício: 136.021 (2015) / 125.741 (2014)
Saldo no final do exercício: 124.081 (2016) / 136.021 (2015)

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	Total
No ano do aviso	1.779.256	555.832	774.546	1.036.111	1.113.437	411.949	1.144.118	1.135.843	1.144.973	1.064.363	1.064.363	1.064.363
Um ano após o aviso	1.806.151	689.652	815.258	1.074.963	1.146.295	636.326	1.153.999	1.173.201	1.179.223	1.179.223	1.179.223	1.179.223
Dois anos após o aviso	1.809.379	690.127	819.534	1.083.303	1.126.171	637.771	1.166.163	1.183.002	—	—	1.183.002	1.183.002
Três anos após o aviso	1.808.626	692.042	824.098	1.065.812	1.125.644	642.067	1.199.747	—	—	—	1.199.747	1.199.747
Quatro anos após o aviso	1.811.890	693.430	815.031	1.065.583	1.125.978	645.832	—	—	—	—	645.832	645.832
Cinco anos após o aviso	1.815.034	686.928	814.942	1.065.665	1.125.446	—	—	—	—	—	1.125.446	1.125.446
Seis anos após o aviso	1.795.204	686.823	815.017	1.065.595	—	—	—	—	—	—	1.065.595	1.065.595
Sete anos após o aviso	1.795.114	686.825	814.883	—	—	—	—	—	—	—	814.883	814.883
Oito anos após o aviso	1.795.157	686.816	—	—	—	—	—	—	—	—	686.816	686.816
Novo anos ou mais após o aviso	1.795.119	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.795.119	1.795.119
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2016	1.795.119	686.816	814.883	1.065.595	1.125.446	645.832	1.199.747	1.183.002	1.179.223	1.064.363	10.760.026	10.760.026
Pagamentos efetuados até 31.12.2016	1.795.119	686.816	814.883	1.065.595	1.124.357	634.145	1.137.859	1.157.998	1.163.334	898.467	10.478.573	10.478.573
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	—	—	—	—	1.089	11.687	61.888	25.004	15.889	165.896	281.453	281.453
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2016	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	49.743	49.743
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNER, PDR sem DPVAT)	1.795.119	686.816	814.883	1.065.595	1.124.357	634.145	1.137.859	1.157.998	1.163.334	898.467	10.478.573	10.478.573
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	331.198	331.198
Retrocesso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	149.754	149.754
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNER, PDR)	1.795.119	686.816	814.883	1.065.595	1.124.357	634.145	1.137.859	1.157.998	1.163.334	898.467	10.478.573	10.478.573

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	Total
No ano do aviso	1.650.171	551.496	602.009	839.753	920.332	389.699	873.028	888.546	899.629	898.467	898.467	898.467
Um ano após o aviso	1.764.803	678.658	802.295	1.055.502	1.120.537	616.591	1.096.892	1.140.826	1.163.334	—	1.163.334	1.163.334
Dois anos após o aviso	1.774.253	682.090	810.400	1.064.272	1.123.251	625.962	1.118.957	1.157.998	—	—	1.157.998	1.157.998
Três anos após o aviso	1.783.314	685.121	814.458	1.065.456	1.124.071	630.412	—	—	—	—	1.137.859	1.137.859
Quatro anos após o aviso	1.790.688	686.647	814.870	1.065.575	1.124.347	634.145	—	—	—	—	634.145	634.145
Cinco anos após o aviso	1.794.801	686.795	814.870	1.065.595	—	—	—	—	—	—	1.065.595	1.065.595
Seis anos após o aviso	1.795.100	686.816	814.883	—	—	—	—	—	—	—	686.816	686.816
Sete anos após o aviso	1.795.108	686.816	814.883	—	—	—	—	—	—	—	814.883	814.883
Oito anos ou mais após o aviso	1.795.119	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.795.119	1.795.119
Pagamentos efetuados até 31.12.2016	1.795.119	686.816	814.883	1.065.595	1.124.357	634.145	1.137.859	1.157.998	1.163.334	898.467	10.478.573	10.478.573

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2016	2015
Provisões técnicas	1.531.587	1.687.219
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNNG	(91.094)	(85.129)
Direitos creditórios	(480.378)	(580.966)
Provisões retidas pelo IRB	(108)	(108)
DPVAT	(149.754)	(102.246)
Total a ser coberto	810.253	918.770
Quotas e fundos de investimentos	780.430	697.545
Títulos de renda fixa - públicos	121.521	252.223
Títulos de renda fixa - privados	55.843	120.921
Imóveis	—	1.183
Total de aplicações	957.794	1.071.872
Ativos líquidos	147.541	153.102

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda:	2016		2015	
	Valor	Valor da provisão	Valor	Valor da provisão
Provável	4.407	115.404	4.033	84.886
Total	4.407	115.404	4.033	84.886

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano:	2016		2015	
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial
Até 2005	19	1.026	8	8
De 2006 a 2010	172	5.972	87	2.326
De 2011 a 2015	3.846	103.953	3.038	82.545
De 2016	370	4.453	—	—
Total	4.407	115.404	3.938	84.886

O prazo médio para pagamento dos sinistros judiciais é de 806 dias.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais:	2016		2015	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
Total pago no exercício	84.886	71.721	84.886	71.721
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	—	—	17.615	8.850
Quantidade de ações pagas no exercício	—	—	1.521	1.205
Novas constituições no exercício	—	—	81.117	27.818
Quantidade de ações referentes às novas constituições no exercício	—	—	3.016	1.814
Baixa da provisão por êxito	—	—	(8.580)	(7.248)
Alteração da provisão por estimativas ou probabilidades	—	—	(11.803)	11.929
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	—	—	7.144	7.895
Saldo final	115.404	84.886	115.404	84.886

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição:	2016		2015	
	Provisões judiciais	Depósitos judiciais(*)	Provisões judiciais	Depósitos judiciais(*)
Fiscal	479.779	447.444	562.308	523.265
COFINS	402.551	374.915	470.353	438.293
IRPJ	44.349	41.617	48.916	45.787
CSLL	26.109	24.063	35.724	32.335
PIS	6.770	6.849	7.315	6.850
Trabalhista	9.293	12.292	1.533	846
CIVIL	530	3.401	6.342	2.649
Total	489.602	463.137	570.183	526.760

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R\$ 5.404 (R\$ 5.050 em 31 de dezembro de 2015).

PIS/COFINS - Lei nº 9.718/1998 e Lei nº 12.973/2014: A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, a qual passou a tributar as seguradoras pela COFINS, e majorou a base de cálculo do PIS. Sobre a COFINS, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, para recolher o tributo utilizando como base de cálculo o faturamento. Em segunda instância obteve decisão desfavorável, encontrando-se o processo aguardando julgamento de Recurso Especial e Extraordinário. Quanto ao PIS, a Companhia possui decisões desfavoráveis em primeira e segunda instância, encontrando-se o processo aguardando julgamento de Recurso Extraordinário. Sobre a discussão com base na Lei nº 9.718/1998, a probabilidade de perda é provável quanto às receitas de prêmios, e possível quanto às receitas excedentes. Com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2015, a Administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos, entende que a base de cálculo do PIS/COFINS está limitada aos prêmios de seguros. Sob o entendimento de que as receitas financeiras não compõem a base de cálculo do PIS/COFINS, a Companhia ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em agosto de 2014, cuja probabilidade de perda é possível. Em fevereiro de 2016 houve julgamento em primeira instância, desfavorável a tese da Companhia. Interposto recurso de apelação, recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, do que aguarda julgamento. Em janeiro de 2014, a Companhia passou a recolher a COFINS sobre os prêmios de seguros. No período compreendido entre maio de 1999 e dezembro de 2013, a Companhia depositou judicialmente a COFINS tendo como base de cálculo a totalidade das receitas, cuja somatória atualizada em dezembro de 2016 é de R\$ 470.353 (R\$ 438.293 em 31 de dezembro de 2015). A provisão foi constituída para o montante relativo aos prêmios de seguros, cujo saldo atualizado pela taxa SELIC, em dezembro de 2016, é de R\$ 402.551 (R\$ 374.915 em 31 de dezembro de 2015). O montante de COFINS sobre receitas excedentes ao prêmio de seguros, suspenso por medida judicial, desde maio de 1999, atualizado pela taxa SELIC, é de R\$ 114.086 em dezembro de 2016 (R\$ 97.207 em 31 de dezembro de 2015), não há provisão por classificá-se a probabilidade de perda como possível. Quanto ao PIS, a Companhia recolhe o tributo sobre as receitas de prêmios de seguros. Sobre as receitas excedentes aos prêmios de seguros, recolheu o tributo até maio de 2009. O montante de PIS calculado sobre as receitas excedentes, após a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, atualizado até dezembro de 2016 é de R\$ 9.014 (R\$ 6.866 em 31 de dezembro de 2015), e não há provisão por classificá-se a probabilidade de perda como possível.

PIS - EC nº 171/1997 - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 171/1997, vigente até janeiro de 1999, com decisão favorável em primeira e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à referida decisão. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O tributo calculado sobre o período entre novembro de 1998 e fevereiro de 1999 foi depositado judicialmente e provisionado, os quais estão sendo atualizados pela taxa SELIC totalizando, em dezembro de 2016, R\$ 6.770 (R\$ 6.849 em 31 de dezembro de 2015). Em junho/2016, em razão do julgamento pelo STF no RE 848.353/SP julgado em sede de recurso repetitivo, e com base na avaliação dos advogados que a assessorar, a Companhia reverteu a provisão que correspondia aos meses de Dez/97, Jan e Fev/98 no valor total de R\$ 312. IRPJ - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) nos períodos-base de 1997 a 2011. O processo foi julgado de forma desfavorável em segunda instância. Houve negativa de seguimento ao Recurso Especial, e julgou-se prejudicado o Recurso Extraordinário, em virtude do julgamento do RE 582.525 que declarou constitucional a inclusão da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Aguarda-se a remessa dos autos ao juízo de origem, para a conversão em renda dos depósitos efetuados nos autos, para posterior baixa definitiva. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. A somatória dos depósitos judiciais atualizado pela taxa SELIC, e provisionados em dezembro de 2016 é de R\$ 44.349 (R\$ 41.617 em 31 de dezembro de 2015). IRPJ - A Companhia ingressou com ação anulatória de débito, face a não homologação por parte da Receita Federal quanto à Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda-se julgamento de primeira instância. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O valor do depósito judicial, atualizado pela taxa SELIC, até dezembro de 2016, é de R\$ 2.179 (R\$ 1.971 em 31 de dezembro de 2015). CSLL - A Companhia discute judicialmente a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) de 9% para 15%. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira instância, e segunda instância. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O tributo, calculado para o período de 2009 a 2011, foi depositado judicialmente e provisionado, os quais, atualizados pela taxa SELIC, totalizam em dezembro de 2016 R\$ 26.109 (R\$ 24.063 em 31 de dezembro de 2015). A partir de 2012 passou a recolher integralmente o tributo. A Companhia discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%

continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **Brasilveículos Companhia de Seguros** São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Brasilveículos Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Brasilveículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Brasilveículos Companhia de Seguros.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Brasilveículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I

Brasilveículos Companhia de Seguros
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	2016
Total de provisões técnicas	1.531.587
Total de provisões técnicas auditadas	1.381.833
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	
Provisões Técnicas (a)	1.531.587
Valores redutores (b)	721.334
Total a ser coberto (a-b)	810.253
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	393.104
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	393.104
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	451.303
Ajustes econômicos (b)	1.800
Exigência de Capital (CMR) (c)	393.104
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (d = a + b - c)	59.999
Ativos Garantidores (e)	957.794
Total a ser Coberto (f)	810.253
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (g = e - f)	147.541
Ativos Líquidos (h)	147.541
Capital de Risco (CR) (i)	393.104
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (h / i)	37,53%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
0114, 0531, 0542, 0929	1.250
0520	2.000
0553	4.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da **Brasilveículos Companhia de Seguros** São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Brasilveículos Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilveículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler

o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

As responsabilidades pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3

DIRETORIA

Roberto Barroso
Diretor Presidente
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino
Carlos Alberto Landim
Cynthia Betti Rodrigues Qualharello
Jabis de Mendonça Alexandre

Leonardo Giuberti Mattedi
Luís Felipe Lebert Cozac
Luiz Gustavo Braz Lage

Maurício Galian
Raphael de Luca Junior
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Piretti Gonçalves - CRC 15P183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031

EDUCAÇÃO TRANSFORMA

Cuidamos da educação para ampliar o acesso ao conhecimento.

- Mais de 150 mil pessoas beneficiadas em projetos educacionais apoiados pelo GRUPO em 2016.

Associação Fazendo História
Foto: Rene Paciullo

GRUPO SEGURADOR

BANCO DO BRASIL Seguros

MAPFRE SEGUROS